

6. TEMA EM ANÁLISE

Indicadores suplementares do desemprego: três indicadores novos disponibilizados pelo INE

Sónia Torres * – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

Os conceitos em vigor no Inquérito ao Emprego resultam das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por sua vez, estas recomendações são provenientes da resolução da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho de 1982. De acordo com esta resolução, a população total pode ser dividida em três categorias: empregados, desempregados e inativos. Estas categorias são mutuamente exclusivas e definidas sequencialmente. A transposição destas recomendações para o Inquérito ao Emprego, resultou nos conceitos seguintes:

Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das situações seguintes:⁵

- tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego;
- tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Desempregado: indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

* As opiniões expressas no *Tema em análise* são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

⁵ As características observadas no Inquérito ao Emprego referem-se fundamentalmente à situação no decorrer de uma semana pré-definida (de Segunda a Domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e pelo ano. As entrevistas realizam-se, normalmente, na semana imediatamente seguinte à semana de referência.

Considera-se como procura ativa:

- contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- contacto com empregadores;
- contactos pessoais ou com associações sindicais;
- colocação, resposta ou análise de anúncios;
- procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- realização de provas ou entrevistas para seleção;
- solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- no desejo de trabalhar;
- na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- na possibilidade de começar a trabalhar num período especificado (período de referência ou nas duas semanas seguintes).

Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (nos três meses seguintes).

Inativo: indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência, não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado nem desempregado.

Este quadro conceptual é, por construção, simples e objetivo. Os conceitos referidos são passíveis de quantificação rigorosa e de forma tão harmonizada quanto possível entre os vários países que seguiram as recomendações da OIT. Ao mesmo tempo, permitem maximizar a consistência entre as várias fontes de informação. Por exemplo, a consideração de todo o trabalho com vista a uma remuneração na contabilização do número de empregados, mesmo que de apenas uma hora no período de referência, visa uma maior aderência à realidade produtiva captada pelas Contas Nacionais.

Este quadro, no entanto, também apresenta algumas limitações, das quais se destacam as seguintes:

- Em cada momento do tempo, uma pessoa só pode ser classificada numa única condição perante o trabalho, isto é, não pode estar “a meio caminho” entre duas situações diferentes. Com efeito, o quadro conceptual prevê apenas três condições perante o trabalho distintas (emprego, desemprego e inatividade) e não permite definir um contínuo de situações. Em alguns casos, esta característica pode ser considerada muito restritiva. Em todo o caso, também é verdade que o quadro atual permite obter

estimativas para subgrupos populacionais dentro de cada uma das três condições referidas, o que permite contornar aquela dificuldade.

- Dificuldades de classificação de situações de fronteira entre o emprego e o não emprego (que decorrem, essencialmente, dos critérios relacionados com o limiar de horas trabalhadas e a existência de uma remuneração para a classificação de um empregado) e entre o desemprego e a inatividade (nomeadamente, no que se refere a grupos de inativos que partilham algumas das características dos desempregados e com uma ligação ao mercado de trabalho maior do que dos restantes inativos).

Estes argumentos são frequentemente invocados para considerar que a medida oficial do desemprego é insuficiente para acompanhar o fenómeno de um ponto de vista social, ainda que possa ser a mais adequada do ponto de vista económico. Em todo o caso, não é a valia do indicador proposto que é questionada, mas a sua consideração como indicador único para descrever uma realidade tão complexa como a da subutilização do trabalho.

A solução que o INE adotou para contornar estas dificuldades, desde há alguns anos, foi a divulgação trimestral de indicadores suplementares do desemprego que permitem identificar grupos específicos de indivíduos entre os empregados e os inativos, que têm alguma relação com o desemprego, da forma mais objetiva possível. No caso dos empregados, tem sido publicada informação sobre a sua distribuição por escalões de horas trabalhadas, por escalões de rendimento salarial líquido, sobre o regime da duração do trabalho (a tempo completo ou parcial) e ainda estimativas do **subemprego visível**. No caso dos inativos, tem sido publicada informação sobre **inativos disponíveis** e **inativos desencorajados**. Os três indicadores destacados são publicados trimestralmente, em conjunto com as estimativas da população de onde são provenientes (população empregada e inativa).

Note-se que à medida que nos afastamos dos critérios objetivos que integram os conceitos oficiais de empregado e de desempregado, também caminhamos para áreas de contornos mais difusos em torno do desemprego. Na verdade, para se proceder à delimitação dos três grupos de indivíduos referidos são utilizadas variáveis potencialmente mais voláteis e de natureza mais subjetiva, tal como o “desejar trabalhar mais horas” (para definir o subemprego, entre os empregados) e o “desejar trabalhar” (para definir os dois subgrupos de inativos, entre os inativos).

Para acomodar as críticas frequentes sobre a possível subestimação do desemprego medido a partir das estatísticas oficiais, o *Bureau of Labor Statistics* (BLS) decidiu divulgar mensalmente seis medidas alternativas de desemprego (U-1 a U-6), em que a medida U-3

corresponde à taxa de desemprego oficial.⁶ O balanço feito pelo BLS, ao fim de anos da adoção desta prática, indica que: cada utilizador tende a fixar as suas análises na medida que mais lhe convém; fica em falta a existência de um único indicador-chave; independentemente do número de pessoas envolvidas nas estimativas de cada medida, a evolução temporal das seis medidas alternativas tende a ser semelhante, o que diminui a sua pertinência enquanto medidas relevantes para o acompanhamento da conjuntura.

Ao contrário do INE e do BLS, o Eurostat apenas recentemente iniciou a divulgação de três indicadores de natureza idêntica aos divulgados em Portugal. Em 10 de novembro de 2011, publicou uma nota de imprensa anunciando a disponibilização destes indicadores para os países da União Europeia até 2010. Em 19 de abril de 2011, publicou outra nota de imprensa anunciando a disponibilização da mesma informação para 2011. O Eurostat mantém o propósito de divulgar esta informação, anualmente, em abril do ano seguinte ao ano de referência da informação.

Os três indicadores divulgados pelo Eurostat diferem, em alguns pontos, daqueles que o INE tem vindo a publicar. Trata-se dos seguintes três indicadores (definidos para o grupo etário dos 15 aos 74 anos): **subemprego de trabalhadores a tempo parcial, inativos à procura de emprego mas não disponíveis**, e **inativos disponíveis mas que não procuram emprego**.

Em linha com a prática do Eurostat e dos países que aderiram a esta iniciativa, o INE inicia a divulgação, com as “Estatísticas do Emprego - 2º trimestre de 2012”, destes três indicadores novos em substituição dos três indicadores anteriormente divulgados, sem prejuízo de poder realizar os apuramentos que os utilizadores solicitarem sobre os mesmos. No entanto, em Portugal, será mantida a publicação trimestral desta informação, no respeito do calendário de difusão trimestral das “Estatísticas do Emprego”. Isto significa que as médias anuais são disponibilizadas em fevereiro do ano seguinte ao ano de referência da informação, antes da divulgação do Eurostat (abril). Os três indicadores novos estão disponíveis, no Portal das Estatísticas Oficiais, desde o 1º trimestre de 1998 (valores trimestrais e médias anuais) por sexo, grupo etário, nível de escolaridade completa e região NUTS II.

Neste artigo, pretende-se:

- Apresentar os três indicadores novos suplementares do desemprego e explicar as diferenças que apresentam face aos anteriormente divulgados (secção 2).

⁶ Em Portugal, este assunto foi tratado no Tema em análise “Medidas alternativas à taxa de desemprego oficial: a consideração dos inativos desencorajados e do subemprego visível”, publicado nas “Estatísticas do Emprego - 3º trimestre de 2006”.

- Analisar a ligação ao mercado de trabalho dos indivíduos cobertos por cada um destes indicadores, com base em informação de 2011 (secção 3).
- Analisar a composição socio económica destes grupos de indivíduos e proceder a comparações internacionais, também para 2011, e analisar a sua evolução temporal desde 1998 (secção 4).

2. Os novos indicadores suplementares do desemprego

2.1. Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

O quadro conceptual da OIT funciona bem para medir o emprego como mão de obra em atividades produtivas. Assim sendo, é particularmente útil em análises económicas, uma vez que se considera toda a mão de obra utilizada na economia. Neste quadro, o desemprego representa a subutilização do trabalho ou a oferta de trabalho não utilizada.

No entanto, o desemprego não é uma medida exaustiva da quantidade de trabalho subutilizado, uma vez que também há empregados que gostariam de trabalhar mais horas (normalmente associadas a uma maior remuneração) e que estão disponíveis para o fazer. Isto remete-nos para o conceito de subemprego. Se for corretamente medido, o indicador resultante pode complementar o conceito de desemprego como medida da oferta de trabalho não utilizada.

O indicador subemprego é uma medida da subutilização da capacidade produtiva da população empregada, mas a noção de subutilização é complexa. Em geral, está associada à existência de um emprego não satisfatório (situação reportada pelo trabalhador, subjetiva) em dimensões passíveis de serem quantificadas (horas de trabalho insuficientes) ou não (remuneração insuficiente e/ou utilização insuficiente das qualificações, entre outras). A primeira componente foi designada de subemprego visível por ser a única passível de ser observada e quantificada (hoje em dia designada de *time-related*). O conceito de subemprego resultou da resolução da 16ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho de 1998 e abrange todos os empregados que, num período de referência definido (que deve ser curto e igual ao definido para o emprego), desejavam trabalhar mais horas (pelo que realizaram uma procura ativa), estavam disponíveis para trabalhar essas horas adicionais e tinham trabalhado (em todos os empregos) menos do que um limiar-padrão de horário de trabalho.

Em linha com estas orientações, o INE tem vindo a publicar estimativas do subemprego visível. Na última série de dados, iniciada no 1º trimestre de 2011, o conceito de subemprego visível em vigor era o seguinte:

Subemprego visível: conjunto de indivíduos empregados com idade mínima de 15 anos que, no período de

referência, tinham um trabalho com duração habitual inferior à duração normal do posto de trabalho e que declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalham em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas.

O indicador de subemprego que o Eurostat publicou e que o INE passa a divulgar designa-se de subemprego de trabalhadores a tempo parcial. Face ao conceito que estava em vigor, apresenta as seguintes diferenças: é adicionada uma restrição sobre a idade (dos 15 a 74 anos); é acrescentada uma restrição sobre o regime da duração do trabalho (população empregada a tempo parcial); é retirada a restrição sobre a duração habitual do trabalho ser inferior à duração normal do posto de trabalho.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial: conjunto de indivíduos empregados dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, tinham um trabalho a tempo parcial e declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalham em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período especificado (período de referência ou nas duas semanas seguintes).

Em termos gerais, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial (o trabalho a tempo parcial é obtido por auto classificação) inclui os indivíduos que, apesar de estarem empregados, não trabalham a tempo completo e têm um volume de trabalho que consideram ser insuficiente, pelo que apresentam algumas semelhanças com os desempregados. Este indicador, captando o número de empregados a tempo parcial que gostariam de trabalhar mais horas e que estão disponíveis para o fazer, capta, em particular, os trabalhadores a tempo parcial que gostariam de ter um trabalho a tempo completo.

A restrição ao trabalho a tempo parcial foi considerada importante pelo Eurostat, na medida em que alguns estudos conduzidos permitiram concluir que as pessoas que trabalham a tempo completo e que indicam pretender trabalhar mais horas têm, em geral, um perfil diferente das que trabalham a tempo parcial: apesar de trabalharem muitas horas, têm um rendimento insuficiente e é por essa razão que indicam querer trabalhar mais horas. Pelo contrário, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial centra-se nas situações relacionadas com o volume de trabalho insuficiente e, portanto, com o trabalho subutilizado de pessoas já empregadas.

Em Portugal, em 2011, subemprego de trabalhadores a tempo parcial envolveu 219,7 mil indivíduos, correspondendo a 34,1% do número total de trabalhadores a tempo parcial.

No mesmo ano, o subemprego visível (segundo o conceito anterior) era de 173,7 mil indivíduos.

2.2. Inativos à procura de emprego mas não disponíveis

Entre os inativos (não empregados que não cumprem pelo menos uma das três condições exigidas para serem considerados desempregados: não ter trabalho; estar disponível para trabalhar; ter procurado ativamente um trabalho), há subgrupos de indivíduos que assumem particular interesse, na medida em que:

- Não têm trabalho e não estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente (normalmente, num período de referência pré-definido e curto) porque enfrentam constrangimentos associados à necessidade de proceder a ajustamentos familiares anteriores ao início do novo trabalho (relacionados com o cuidado dos filhos ou de parentes idosos ou com a gestão do agregado doméstico).
- Não têm trabalho e não procuram ativamente um trabalho porque consideram que as perspetivas de encontrar emprego são limitadas ou apresentam restrições à mobilidade do trabalho ou barreiras de algum tipo (discriminação ou barreiras estruturais, sociais ou culturais).

O segundo indicador suplementar do desemprego publicado pelo Eurostat, que cobre um subgrupo da população inativa, é o dos inativos à procura de emprego mas não disponíveis, cujo conceito é o seguinte:

Inativo à procura de emprego mas não disponível: inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, tinha procurado ativamente um emprego ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores), mas não estava disponível para trabalhar. O conceito de procura ativa e o critério de disponibilidade são os mesmos que foram definidos para o conceito de desempregado. Inclui ainda:

- o indivíduo que tinha procurado um emprego segundo um método de procura passiva (ex.: estar à espera dos resultados de uma entrevista) e estava disponível para trabalhar;
- o indivíduo que não tinha procurado um emprego porque vai começar a trabalhar dentro de três meses e não estava disponível para trabalhar;
- o indivíduo que não tinha procurado um emprego porque vai começar a trabalhar após três meses.

Este indicador inclui os indivíduos que não preenchem o requisito da disponibilidade para começar a trabalhar para serem considerados desempregados, apesar de procurarem ativamente um emprego. Outros grupos mais pequenos são incluídos para garantir uma maior abrangência (ex.: indivíduos que procuram um emprego, mas de forma passiva, como estar à espera dos resultados de uma entrevista, e indivíduos sem trabalho que já encontraram um emprego que vai começar mais tarde).

Este indicador nunca foi publicado em Portugal. Em 2011, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis abrangiam 32,6 mil indivíduos.

2.3. Inativos disponíveis mas que não procuram emprego

O terceiro indicador suplementar do desemprego publicado pelo Eurostat, que também cobre um subgrupo da população inativa, é o dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego, cujo conceito é o seguinte:

Inativo disponível mas que não procura emprego: inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado um emprego ao longo de um período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores).

Este indicador inclui os indivíduos que, apesar de quererem um emprego e estarem disponíveis para trabalhar, não preenchem o requisito da procura de emprego (nas últimas quatro semanas) para serem considerados desempregados. Inclui, entre outros, os inativos que não procuram emprego por razões económicas e os indivíduos que estão impedidos de procurar emprego por razões pessoais ou familiares.

Com exceção da idade de referência, este indicador corresponde ao que o INE divulgava sob a designação de inativos disponíveis.

Em Portugal, em 2011, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis abrangiam 172,0 mil indivíduos.

Estes dois grupos de pessoas não fazem parte da população ativa, que inclui apenas empregados e desempregados (cf. Diagrama, no anexo), mas partilham algumas características dos desempregados (pretender ter um emprego e procurar trabalho ativamente ou estar disponível para trabalhar) e têm uma ligação tangível (marginal) ao mercado de trabalho maior do que os restantes inativos, como se mostra na secção 3.

A soma dos dois grupos de inativos referidos (que são mutuamente exclusivos) constitui uma medida da força de trabalho adicional potencial. Trata-se do conjunto de inativos que procuram emprego ou que não estão disponíveis para trabalhar, mas que não estão, simultaneamente, nem à procura de emprego, nem disponíveis para trabalhar. Em Portugal, em 2011, esta força de trabalho abrangia 204,7 mil indivíduos.

Os três indicadores suplementares do desemprego permitem enriquecer o quadro de análise tradicional, que está circunscrito a três condições perante o trabalho e permitem complementar as estatísticas oficiais do desemprego sem as pôr em causa, uma vez que estas são as únicas que são calculadas de forma objetiva e harmonizada entre os vários países.

Todas as estimativas incluídas neste artigo foram obtidas a partir do Inquérito ao Emprego, para Portugal, e do *European Union Labour Force Survey* (EU-LFS), para os países da União Europeia.

3. Grau de ligação ao mercado de trabalho

Os três indicadores suplementares do desemprego cobrem subgrupos de indivíduos que, sendo empregados ou inativos, partilham algumas das características dos desempregados, de acordo com a definição oficial, mas que, por não cumprirem todas as condições previstas em simultâneo, não são considerados desempregados. Alguns destes indivíduos auto classificam-se como desempregados.

Nesta secção, apresentam-se os três indicadores suplementares do desemprego como grupos de indivíduos na orla do desemprego e analisa-se o seu grau de ligação ao mercado de trabalho.

As variáveis utilizadas são as seguintes: antiguidade no emprego atual (para os indivíduos em situação de subemprego) ou a experiência anterior de trabalho (para os dois subgrupos de inativos), fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho e condição perante o trabalho obtida por auto classificação.

A análise das características de cada um dos três grupos de indivíduos cobertos pelos indicadores novos é feita em comparação com as dos indivíduos noutras condições perante o trabalho (estado). Ao todo, serão comparados seis estados do mercado de trabalho da população com 15 e mais anos (cf. Diagrama, no anexo):

1. Subemprego de trabalhadores a tempo parcial
2. Outros empregados
3. Desempregados
4. Inativos à procura de emprego mas não disponíveis
5. Inativos disponíveis mas que não procuram emprego
6. Outros inativos

A soma das categorias 1 e 2 corresponde à população empregada e a soma das categorias 4 a 6 à população inativa com 15 e mais anos.

Em termos gerais, os resultados da informação analisada nesta secção indicam que os três indicadores novos captam conjuntos de pessoas que, independentemente do estado a que pertencem, partilham características de outros estados.

Os subempregados a tempo parcial têm uma maior ligação ao desemprego e à inatividade do que os restantes empregados, mas uma maior ligação ao mercado de trabalho dos que os não empregados.

Por seu turno, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego têm uma menor ligação ao mercado

de trabalho do que os desempregados, mas maior do que os restantes inativos.

Antiguidade no emprego atual e experiência anterior de trabalho

Os subempregados a tempo parcial apresentam, em geral, uma menor antiguidade no emprego atual do que os restantes empregados (Quadro 1, no anexo). Em 2011, apenas 55,3% dos subempregados a tempo parcial estavam no emprego atual há dois e mais anos, bastante abaixo do que se observa para os restantes empregados (81,8%). Por outro lado, 32,0% estavam no emprego atual há menos de um ano, bastante acima do que se observa para os restantes empregados (11,4%).

Considerando uma outra partição da população empregada, em trabalhadores a tempo parcial e trabalhadores a tempo completo, verifica-se que os subempregados a tempo parcial apresentam uma distribuição mais próxima dos primeiros, embora com um distanciamento ainda muito marcado. Com efeito, 75,3% dos trabalhadores a tempo parcial estavam no emprego atual há dois e mais anos e 16,9% estavam no emprego atual há menos de um ano. Estas percentagens são bem diferentes das que se observam para os subempregados, o que significa que a menor ligação ao emprego destes indivíduos está mais associada à característica de subemprego do que de trabalho a tempo parcial.

No que se refere aos outros dois indicadores, que reportam a pessoas que não estão a trabalhar, a ligação ao mercado de trabalho pode ser aferida pela experiência anterior de trabalho (Quadro 2, no anexo). Entre os inativos à procura de emprego mas não disponíveis, 44,7% indicaram ter deixado de trabalhar há menos de dois anos. Esta percentagem é de 32,0% no caso dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego. Ambas as percentagens são inferiores à que se observa para os desempregados (57,5%), mas superiores à que se observa para os restantes inativos (que não procuram nem estão disponíveis; 8,6%). Atente-se ainda ao padrão decrescente que é visível na primeira coluna do Quadro 2 e ao padrão crescente que está patente nas restantes colunas deste quadro. Por fim, note-se que 13,8% dos inativos à procura de emprego mas não disponíveis e 19,9% inativos disponíveis mas que não procuram emprego indicaram nunca ter trabalhado. Ambas as percentagens são superiores à observada para os desempregados (10,5%), mas inferiores à observada para os restantes inativos (25,9%).

Estes resultados revelam que, tanto os inativos à procura de emprego mas não disponíveis, como os inativos disponíveis mas que não procuram emprego têm uma ligação ao mercado de trabalho que é menor do que a dos desempregados, mas maior do que a dos restantes inativos (que não procuram emprego nem estão disponíveis para trabalhar). Por outras palavras, estes dois grupos de inativos, que constituem a força de

trabalho adicional potencial, situam-se algures entre o desemprego e a inatividade. Entre os dois grupos de inativos considerados, o primeiro (inativos à procura de emprego mas não disponíveis) apresenta uma maior ligação ao mercado de trabalho, quando essa ligação é aferida pela experiência anterior de trabalho.

Fluxos trimestrais entre seis estados do mercado de trabalho

Uma melhor forma, embora também mais complexa, de avaliar o grau de ligação dos indivíduos ao mercado de trabalho consiste em analisar as probabilidades de, num determinado intervalo de tempo, transitarem para outra condição perante o trabalho ou de se manterem na inicial. Com este propósito, para os seis estados do mercado de trabalho referidos anteriormente, comparou-se a situação dos indivíduos em dois trimestres consecutivos. Para se ter uma estatística mais robusta dos fluxos de indivíduos, foram calculadas as médias das transições ocorridas entre os estados referidos nos três pares de trimestres seguintes: 1º e 2º trimestres de 2011; 2º e 3º trimestres de 2011; 3º e 4º trimestres de 2011. A amostra retida em cada um dos pares de trimestres correspondeu a pouco menos de 5/6 dos alojamentos comuns entre os dois trimestres, dado o esquema de rotação da amostra do Inquérito ao Emprego. Os dados apresentados foram ponderados, mas não recalibrados.⁷ As taxas (*probabilidades*) de transição são apresentadas no Quadro 3 (anexo). Estas taxas são obtidas dividindo o número de pessoas que transitaram entre dois estados, no espaço de um trimestre, pelo número de pessoas que estavam no estado de origem no primeiro desses trimestres.

Na diagonal do Quadro 3 estão representadas as percentagens de indivíduos que permaneceram no mesmo estado no decurso de um trimestre (taxas de permanência). Pode constatar-se que 90,9% dos empregados não subempregados a tempo parcial permaneceram nesse estado no trimestre seguinte (note-se que esta taxa de permanência inclui os indivíduos que mudaram de trabalho, mas que se mantiveram empregados entre dois trimestres). Os restantes 9,1% transitaram para outras categorias, sendo que grande parte deles teve como destino outro tipo de inatividade (2,9%) e o desemprego (2,4%).

Como esperado, as categorias 2 (outros empregados) e 6 (outros inativos) têm taxas de permanência elevadas (90,9% e 60,0%, respetivamente). A estas junta-se a dos desempregados, com 63,6% (note-se que se trata de transições num espaço de tempo curto e num período caracterizado pelo aumento do desemprego de longa duração). Por seu turno, as categorias 1, 4 e 5 (correspondentes aos três indicadores suplementares do

desemprego) apresentam as menores taxas de permanência e, por conseguinte, um maior dinamismo.

De seguida, analisa-se em maior detalhe as taxas de saída dos estados correspondentes ao desemprego e aos três indicadores suplementares do desemprego (1, 3, 4 e 5) por estado de destino.

- De entre os subempregados a tempo parcial (categoria 1), 43,2% permanecem no mesmo estado no trimestre seguinte. Os que mudam de estado apresentam uma maior probabilidade de se moverem para outra situação no emprego (34,2%) do que para o desemprego (14,6%) ou a inatividade (8,0%, no total). Em geral, os subempregados a tempo parcial apresentam taxas de permanência moderadas e movem-se mais *para cima* (dentro da população ativa) do que *para baixo* (para a inatividade). Este grupo de indivíduos, no entanto, apresenta transições mais frequentes para o desemprego (14,6%) do que os restantes empregados (2,4%).
- De entre os desempregados (categoria 3), 63,6% permanecem no mesmo estado no trimestre seguinte. Os que mudam de estado apresentam uma maior probabilidade de se moverem *para cima* (20,4% tornam-se empregados, sendo que 15,1% se tornam empregados não subempregados) do que *para baixo* (16,1%, no total). As menores taxas de transição ocorrem para os destinos 4 (3,6%) e 1 (5,3%).
- O grupo dos inativos à procura de emprego mas que não estão disponíveis (categoria 4) é o mais dinâmico entre os seis analisados: apenas 3,4% destes indivíduos permanecem no mesmo estado ao fim de um trimestre. Os que mudam de situação apresentam uma maior probabilidade de se moverem *para cima* (63,6% passam a fazer parte da força de trabalho: 17,0% tornam-se empregados e 46,6% tornam-se desempregados) do que *para baixo* (33,0% movem-se para outra forma de inatividade).
- O grupo dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego (categoria 5) apresenta uma maior probabilidade de permanecer nesse estado no trimestre seguinte (26,8%). Os que mudam de situação também apresentam uma maior probabilidade de se moverem *para cima* (43,9% passam a fazer parte da força de trabalho: 14,5% tornam-se empregados e 29,4% tornam-se desempregados) do que *para baixo* (29,3% movem-se para outra forma de inatividade).

Estes resultados mostram que os dois grupos de inativos em análise estão mais próximos do desemprego do que os restantes inativos, sendo que os inativos à procura de emprego mas que não estão disponíveis estão mais próximos do desemprego do que os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. Ambos os grupos também estão mais próximos da população ativa, com taxas de transição trimestrais de 63,5% e 43,9%, respetivamente, do que os outros inativos (7,9%). Estes

⁷ Por esta razão, os resultados da análise aqui conduzida têm natureza experimental, no sentido em que não fazem parte das estatísticas de fluxos oficiais regularmente divulgadas pelo INE.

resultados permitem justificar a designação adotada para estes indivíduos, em conjunto: força de trabalho adicional potencial.

Auto classificação perante a atividade

Por último, também é possível caracterizar os indivíduos incluídos nos três grupos de indicadores suplementares do desemprego, a partir da forma como eles se auto classificam perante a atividade. Trata-se, neste caso, da percepção individual sobre a condição perante o trabalho, que difere da classificação que decorre das definições oficiais (que, sendo também baseadas em comportamentos individuais, são passíveis de quantificação mais objetiva).

No Quadro 4 (anexo), apresentam-se as estimativas da distribuição dos indivíduos de cada uma das seis categorias analisadas nesta secção por auto classificação da condição perante o trabalho.

Nas duas primeiras linhas do Quadro 4, pode observar-se um padrão semelhante, na medida em que, quer no caso dos subempregados a tempo parcial, quer dos restantes empregados, se verifica que a maior parte se consideravam, em 2011, empregados (74,1% no caso dos subempregados a tempo parcial e 92,2% no caso dos restantes empregados). Entre os subempregados a tempo parcial, 17,0% consideravam-se desempregados. A seguir, 4,3% consideravam-se domésticos. Os restantes empregados formam um grupo mais homogéneo, sendo que 92,2% se consideravam como empregados. Apenas será de destacar que 4,5% destes indivíduos se consideravam reformados ou incapacitados.

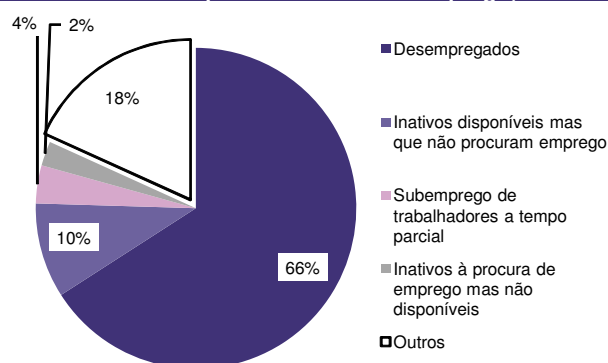
O padrão da distribuição da força de trabalho adicional potencial (linhas 4 e 5) assemelha-se ao dos desempregados (linha 3). Com efeito, a maior parte dos desempregados (classificados de acordo com as definições oficiais) consideravam-se, eles próprios, como desempregados: 90,7%. Esta percentagem é bastante menor, mas ainda assim correspondente à maior fatia da distribuição, quer à dos inativos à procura de emprego mas que não estão disponíveis (72,9%), quer à dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego (54,1%). Uma fração substancial dos indivíduos pertencentes a estes dois grupos de inativos consideravam-se estudantes (12,9% e 16,4%, respetivamente) ou domésticos (6,1% e 17,6%). Apenas uma proporção de 3,1% e de 0,3%, respetivamente, se consideravam empregados.

Por fim, os outros inativos (inativos sem contar com a força de trabalho adicional potencial; linha 6), formam um grupo mais homogéneo: 95,7% consideravam-se inativos, 4% desempregados e apenas 0,3% empregados.

Como se conclui da análise conduzida, muitos indivíduos consideram-se desempregados apesar de não cumprirem todos os requisitos previstos nas definições oficiais para serem considerados desempregados e vice-versa. Em

geral, há mais indivíduos que se consideram desempregados do que os que são contados de forma objetiva: em 2011, estes números eram de 971,8 mil e 706,1 mil, respetivamente. Os três indicadores suplementares do desemprego agora divulgados permitem preencher parte da diferença, uma vez que captam as situações laborais que se encontram na orla do conceito oficial de desemprego. De entre as pessoas que se classificaram espontaneamente como desempregadas, 81,8% foram oficialmente classificadas como desempregadas ou num dos três grupos que definem os indicadores suplementares do desemprego (Gráfico 1). A maior parte dos restantes indivíduos que se consideravam desempregados (18,2%) são pessoas sem trabalho que não procuram emprego nem estão disponíveis para trabalhar.

Gráfico 1: Cobertura do desemprego obtido por auto classificação pelo desemprego (oficial) e pelos indicadores suplementares do desemprego, 2011



Os resultados apresentados nesta secção indicam também que as pessoas abrangidas pelos três indicadores suplementares do desemprego, embora partilhem de algumas características dos desempregados, não são totalmente equiparadas aos desempregados. Por esta razão, não é legítimo adicionar a estimativa do seu número ao número de desempregados para calcular taxas de desemprego alternativas à taxa de desemprego oficial.

No entanto, caso se pretenda obter uma “taxa de subutilização do trabalho”, o cálculo correspondente terá de estar em sintonia com o da taxa de desemprego oficial, isto é, procedendo-se à mera substituição da população desempregada, tanto no numerador como no denominador do indicador, pela medida escolhida para avaliar a subutilização do trabalho, segundo uma das alternativas seguintes:

- **Taxa 1:** $\left[\frac{(\text{desempregados} + \text{inativos à procura de emprego mas não disponíveis} + \text{inativos disponíveis mas que não procuram emprego})}{(\text{empregados} + \text{desempregados} + \text{inativos à procura de emprego mas não disponíveis} + \text{inativos disponíveis mas que não procuram emprego})} \right] \times 100$.
- **Taxa 2:** $\left[\frac{(\text{desempregados} + \text{inativos à procura de emprego mas não disponíveis} + \text{inativos disponíveis})}{\dots} \right]$

mas que não procuram emprego + subemprego de trabalhadores a tempo parcial) / (empregados⁸ + desempregados + inativos à procura de emprego mas não disponíveis + inativos disponíveis mas que não procuram emprego)] x 100.

Os cálculos realizados com base na informação de 2011 indicam que as taxas 1 e 2 acima seriam de 15,8% e de 19,7%, respetivamente (a taxa de desemprego oficial era, nesse ano, de 12,7%).

Por fim, importa reforçar que a realização destes exercícios levanta dois problemas difíceis de contornar:

- Os três indicadores novos, sem prejuízo do seu valor enquanto medidas suplementares do desemprego e de situações laborais cujo número de pessoas envolvidas e evolução temporal importa acompanhar, comportam desvios significativos aos conceitos oficiais, consensualizados internacionalmente, e envolvem dimensões de natureza mais subjetiva e mais difíceis de medir.
- Na taxa 2, a equiparação dos subempregados aos desempregados é questionável, uma vez que se trata de pessoas com um emprego remunerado (ainda que trabalhando um número de horas abaixo do desejado), o que não é de todo o caso dos desempregados e dos inativos.

4. Composição socio demográfica, comparação internacional e evolução temporal

Nesta secção, faz-se uma análise descritiva da composição dos três grupos de indivíduos cobertos pelos três indicadores suplementares do desemprego, em 2011, para a qual se selecionaram as seguintes dimensões socio demográficas: sexo, grupo etário, nível de escolaridade completo e região NUTS II. De seguida, procede-se ao confronto dos resultados obtidos em Portugal com os dos países da União Europeia, em 2011. Por último, faz-se uma análise da evolução temporal destes indicadores, de 1998 a 2010.

Em 2011, em Portugal, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial abrangia 219,7 mil indivíduos. No mesmo período, havia 32,6 mil inativos à procura de emprego mas não disponíveis e 172,0 mil inativos disponíveis mas que não procuram emprego. A força de trabalho adicional potencial ascendia assim a 204,6 mil indivíduos. A população desempregada era de 706,1 mil indivíduos.

Distribuição por sexo: mulheres mais representadas nos três indicadores suplementares do desemprego

Os três indicadores suplementares do desemprego incluem predominantemente as mulheres (Gráfico 2). Este

resultado contrasta com a maior predominância de homens no desemprego e no emprego (Gráfico 3).

Entre os três indicadores suplementares do desemprego, a predominância de mulheres é maior no grupo do subemprego de trabalhadores a tempo parcial: 139 mil mulheres vs. 80,7 mil homens, o que significa que quase dois terços das pessoas nesta situação são mulheres (63,3%).

Gráfico 2: Desempregados e indicadores suplementares do desemprego, 2011 (milhares de indivíduos)

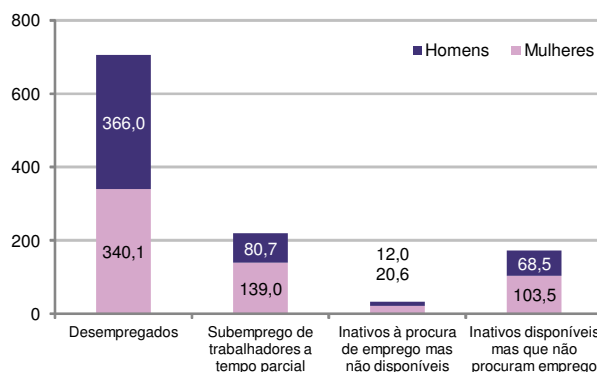
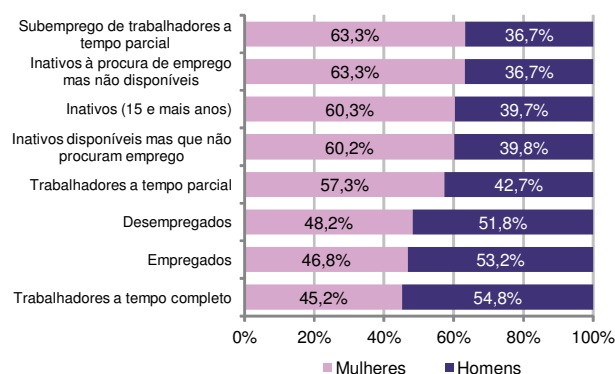


Gráfico 3: Distribuição por sexo de estados do mercado de trabalho selecionados, 2011



Aquela assimetria espelha o hiato existente também ao nível do emprego a tempo parcial (subemprego ou não), já que 57,3% dos empregados a tempo parcial eram mulheres, enquanto 54,8% dos empregados a tempo completo eram homens.

Numa outra perspetiva, note-se também que mais de um terço (34,1%) da população empregada a tempo parcial se encontrava numa situação de subemprego. Acresce que, para além de haver menos homens subempregados, em termos absolutos, a percentagem de trabalhadores a tempo parcial que estão em situação de subemprego é menor nos homens (29,4%) do que nas mulheres (37,7%).

A predominância das mulheres também se observa para os inativos à procura de emprego mas não disponíveis (63,3%, ou seja, 20,6 mil mulheres vs. 12,0 mil homens) e entre os inativos disponíveis mas que não procuram

⁸ Note-se que o número de empregados, no denominador, já inclui o subemprego de trabalhadores a tempo parcial.

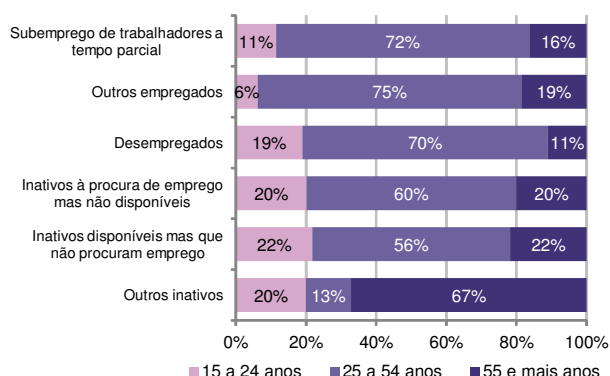
emprego (60,2%, ou seja, 103,5 mil mulheres vs. 68,5 mil homens). A proporção de mulheres neste último grupo é semelhante à observada globalmente para o grupo dos inativos (60,3%).

Por seu turno, a população empregada e a população desempregada eram compostas, em 2011, essencialmente por homens (53,2% e 51,8%, respetivamente).

Distribuição por grupo etário: mais de 20% da força de trabalho adicional potencial era jovem (15 a 24 anos)

Do total de 219,7 mil indivíduos em situação de subemprego a tempo parcial, 11,4% tinham idade dos 15 aos 24 anos, 72,2% dos 25 aos 54 anos e 16,4% dos 55 aos 74 anos (Gráfico 4). Esta distribuição distingue-se da que descreve o grupo dos restantes empregados, que é composto, proporcionalmente, por menos jovens (6,2%), e por mais indivíduos pertencentes aos outros dois grupos etários (75,2% e 18,6%, respetivamente). Em resultado, os subempregados a tempo parcial são, em média, mais jovens dos que os restantes empregados.

Gráfico 4: Distribuição por grupo etário de seis estados do mercado de trabalho, 2011



Entre os 32,6 mil inativos à procura de emprego mas não disponíveis, a distribuição era a seguinte: 20,1% tinham idade dos 15 aos 24 anos, 59,8% dos 25 aos 54 anos e 20,1% dos 55 aos 74 anos.

Entre os 172,0 mil inativos disponíveis mas que não procuram emprego, a distribuição era muito semelhante à do grupo anterior: 21,8% tinham idade dos 15 aos 24 anos, 56,4% dos 25 aos 54 anos e 21,8% dos 55 aos 74 anos.

Nestes dois grupos de inativos, a percentagem de jovens (15 a 24 anos) está muito próxima da que se observa para o conjunto dos restantes inativos com 15 e mais anos (19,9%) e para os desempregados (18,9%), mas a percentagem daqueles com 55 e mais anos é bastante inferior à dos restantes inativos (67,2%), mas superior à dos desempregados (11,0%). Em suma, em termos de distribuição etária, estes inativos estão mais próximos do

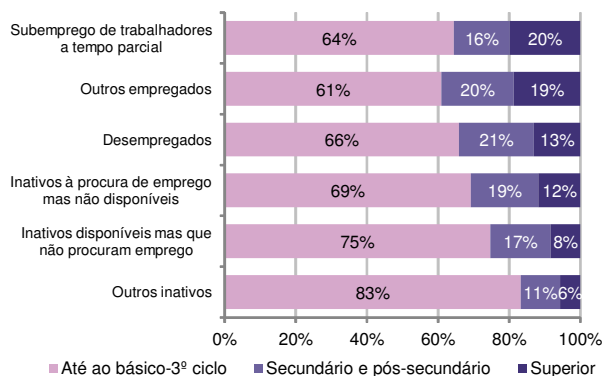
padrão etário dos desempregados do que dos restantes inativos.

Distribuição por nível de escolaridade: 20% dos subempregados a tempo parcial completaram o ensino superior

O nível de escolaridade completo é uma dimensão relevante em análises do mercado de trabalho. O Gráfico 5 apresenta a distribuição da população de cada um dos seis estados do mercado de trabalho pré definidos (incluindo os três indicadores suplementares do desemprego) pelos três níveis de escolaridade completos seguintes: até ao básico – 3º ciclo; secundário e pós-secundário; superior.

Como se depreende da sua leitura, 19,9% dos subempregados a tempo parcial tinham completado o ensino superior. Este valor é ligeiramente superior ao observado para os restantes empregados (18,8%) e para os desempregados (13,0%). Os indivíduos que completaram, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico representavam a maior parte (64,5%). Esta proporção encontra-se entre as que se observam para os restantes empregados (61,0%) e para os desempregados (65,8%). Em termos de distribuição por níveis de escolaridade, os subempregados a tempo parcial estão mais próximos do perfil dos empregados do que dos desempregados.

Gráfico 5: Distribuição por nível de escolaridade completo de seis estados do mercado de trabalho, 2011



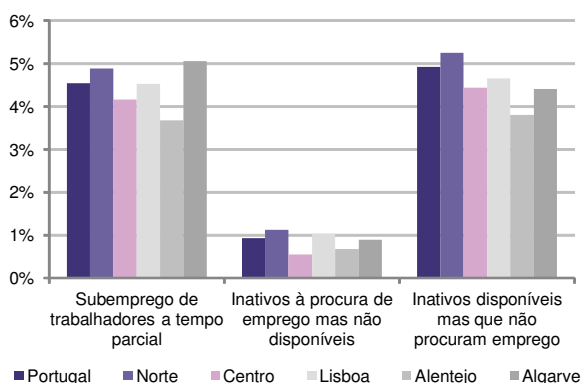
Por outro lado, 11,8% dos inativos à procura de emprego mas não disponíveis e 8,3% dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego tinham completado o ensino superior, em ambos os casos bastante acima da média observada para os restantes inativos (5,7%), mas abaixo da média observada para os desempregados (13,0%). Por fim, 69,2% dos inativos à procura de emprego mas não disponíveis e 74,6% dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego tinham completado, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico, em ambos os casos bastante abaixo da média observada para os restantes inativos (83,3%), mas acima da média observada para os desempregados (65,8%). Em termos de distribuição por níveis de escolaridade, os inativos à procura de emprego

mas não disponíveis estão mais próximos do perfil dos desempregados do que os restantes inativos, sucedendo o inverso no caso dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

Comparação regional: maior expressão relativa dos três indicadores suplementares do desemprego na região Norte

Dada a diferente dimensão populacional das regiões NUTS II do Continente português⁹, optou-se por proceder à comparação dos três indicadores suplementares do desemprego em termos relativos. A forma mais correta de o fazer é apresentar cada um destes indicadores em percentagem da população de proveniência do subgrupo em análise. Assim sendo, o subemprego visível de trabalhadores a tempo parcial é apresentado em percentagem da população empregada total e os outros dois indicadores são apresentados em percentagem da população inativa com 15 e mais anos (Gráfico 6).

Gráfico 6: Indicadores suplementares do desemprego por região NUTS II do Continente, 2011 (em % de cada uma das populações de referência)



Na região Norte, a expressão dos três indicadores era, em 2011, superior à do país: o subemprego de trabalhadores a tempo parcial correspondia a 4,9% da população empregada, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis representavam 1,1% da população inativa com 15 e mais anos e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego representavam 5,3% da população inativa com 15 e mais anos. As percentagens correspondentes para Portugal eram de, respetivamente, 4,5%, 0,9% e 4,9%.

Na região Centro, pelo contrário, a expressão dos três indicadores (4,2%, 0,5% e 4,4%) era inferior à do país, tal como no Alentejo (3,7%, 0,7% e 3,8%).

⁹ Por razões de fiabilidade da informação, as estimativas para estes três indicadores suplementares do desemprego para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira não são apresentadas. Trata-se, nalguns casos, de valores de baixa expressão quantitativa com erros de amostragem associados elevados.

Em Lisboa, a expressão dos três indicadores era idêntica à do país: 4,5%, 1,0% e 4,7%.

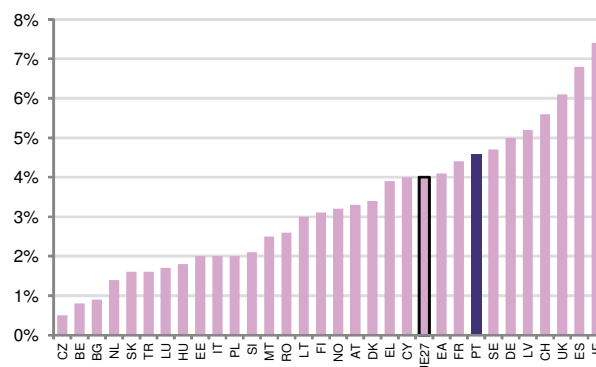
No Algarve, a expressão do subemprego de trabalhadores a tempo parcial (5,1%) era maior do que a que globalmente se observava para Portugal, enquanto que a dos inativos à procura de emprego mas não disponíveis e a dos inativos disponíveis mas que não procuram emprego era menor (0,9% e 4,4%, respetivamente).

Situações diferenciadas entre países

Tal como no caso da análise por região NUTS II do Continente Português, as comparações internacionais dos três indicadores suplementares do desemprego são feitas em termos relativos. O subemprego visível de trabalhadores a tempo parcial é apresentado em percentagem da população empregada total e da população empregada a tempo parcial. Os outros dois indicadores são apresentados em percentagem da população inativa. Em todos os casos, trata-se da população dos 15 aos 74 anos, conforme informação disponibilizada pelo Eurostat.

O Quadro 5 (anexo) apresenta as estimativas de cada um daqueles indicadores, em termos absolutos (milhares de indivíduos) e relativos (proporções), para Portugal, os restantes países da União Europeia (UE27), a Islândia, a Noruega, a Suíça e a Turquia, em 2011. Os Gráficos 7 a 9 comparam, por país da UE27, cada um dos três indicadores suplementares do desemprego (em termos relativos).

Gráfico 7: Subemprego de trabalhadores a tempo parcial na União Europeia, em 2011 (em % da população empregada do mesmo grupo etário)



AT	Áustria	IT	Itália
BE	Bélgica	LT	Lituânia
BG	Bulgária	LU	Luxemburgo
CY	Chipre	LV	Letónia
CZ	Rep. Checa	MT	Malta
DE	Alemanha	NL	Países Baixos
DK	Dinamarca	PL	Polónia
EE	Estónia	PT	Portugal
EL	Grécia	RO	Roménia
ES	Espanha	SE	Suécia
FI	Finlândia	SI	Eslovénia
FR	França	SK	Eslováquia
HU	Hungria	UK	Reino Unido
IE	Irlanda		

Gráfico 8: Inativos à procura de emprego mas não disponíveis na União Europeia, em 2011 (em % da população inativa do mesmo grupo etário)

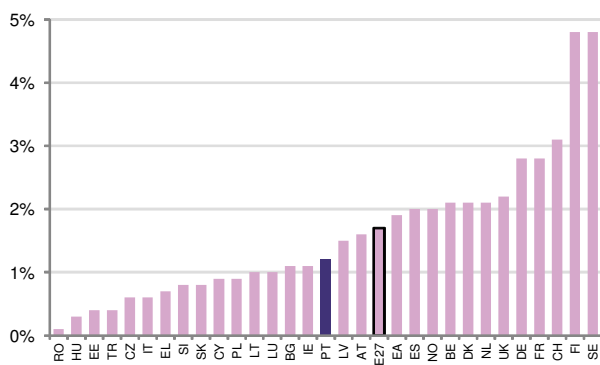
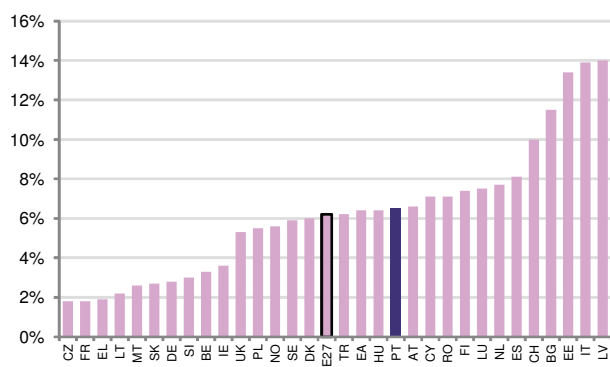


Gráfico 9: Inativos disponíveis mas que não procuram emprego na União Europeia, em 2011 (em % da população inativa do mesmo grupo etário)



Da leitura dos elementos disponibilizados, pode concluir-se que:

- Na UE27, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial abrangeu, em 2011, 8,6 milhões de indivíduos (8,5 milhões em 2010). Este grupo de indivíduos representava 20,5% da população empregada a tempo parcial e 4,0% da população empregada total.
- As maiores percentagens de trabalhadores a tempo parcial em situação de subemprego foram observadas na Grécia (58,1%), na Letónia (56,9%), em Espanha (49,3%) e no Chipre (42,0%). Estes são países onde a percentagem de trabalhadores a tempo parcial no total da população empregada é relativamente baixa.
- As menores percentagens de trabalhadores a tempo parcial em situação de subemprego foram observadas nos Países Baixos (2,8%) e na Bélgica (3,3%), onde o trabalho a tempo parcial é frequente (49,1% e 25,0%, respetivamente, da população empregada total), seguidos do Luxemburgo (9,2%) e da República Checa (9,9%).
- Em Portugal, a percentagem de trabalhadores a tempo parcial em situação de subemprego era de 37,8% (acima da média da UE27) e o trabalho a

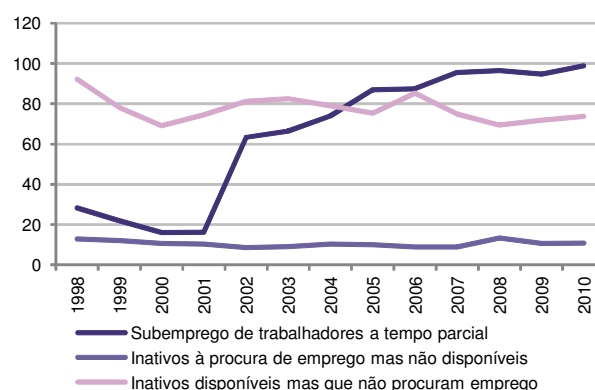
tempo parcial representava 12,2% do emprego total (abaixo da média da UE27).

- Na UE27, havia 2,4 milhões de inativos à procura de emprego mas não disponíveis, em 2011, e 8,6 milhões de inativos disponíveis mas que não procuram emprego (2,4 e 8,2 milhões em 2010).
- Em conjunto, os dois grupos de inativos representavam 7,9% da população inativa. A importância destes inativos na população inativa total varia de 2,4%, na República Checa (e 2,6% na Grécia), a 15,5% na Letónia (e 14,5% na Itália). Em Portugal aquela proporção era de 7,7% (próxima da média da UE27).

Evolução de 1998 a 2010 em Portugal

Entre 1998 e 2010, verificou-se um crescimento mais ou menos continuado no subemprego de trabalhadores a tempo parcial (Gráfico 10), que passou de 28,2 mil indivíduos em 1998 (0,6% da população empregada) para 98,8 mil em 2010 (2,0%).¹⁰

Gráfico 10: Evolução anual dos indicadores suplementares do desemprego, 1998-2010 (milhares de indivíduos)



No mesmo período, o número de inativos à procura de emprego mas não disponíveis apresentou um comportamento relativamente estável, passando de 12,9 mil indivíduos em 1998 (0,4% da população inativa com 15 e mais anos) para 10,8 mil em 2010 (0,3%).

O número de inativos disponíveis mas que não procuram emprego, por seu turno, apresentou uma tendência decrescente, passando de 92,2 mil indivíduos em 1998 (2,8% da população inativa com 15 e mais anos) para 73,8 mil em 2010 (2,1%).

¹⁰ No 1º trimestre de 2011 deu-se início a uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, pelo que deixam de ser possíveis as comparações diretas com as estimativas provenientes da série anterior (em vigor desde o 1º trimestre de 1998 até ao 4º trimestre de 2010). Assim sendo, os valores médios anuais de 2010 e 2011 não são diretamente comparáveis e a análise desta secção centrou-se nas séries de 1998 a 2010.

A força de trabalho adicional potencial apresentou assim uma tendência decrescente, passando de 105,1 mil indivíduos em 1998 (3,1% da população inativa com 15 e mais anos) para 84,6 mil em 2010 (2,5%).

5. Anexo

Diagrama: Critérios de classificação da população com 15 e mais anos segundo a condição perante o trabalho								
Critérios de classificação	População total (15 e mais anos)							
	Empregados			Não empregados				
	Trabalhadores a tempo parcial		Trabalhadores a tempo completo	Pretendem ter um emprego				Não pretendem ter um emprego
	Desejam trabalhar mais horas, estão disponíveis para começar a trabalhar essas horas dentro de 2 semanas	Outros trabalhadores a tempo parcial		Procuraram um emprego nas últimas 4 semanas		Não procuraram um emprego nas últimas 4 semanas		
				Disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas	Não disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas	Disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas	Não disponíveis para começar a trabalhar dentro de 2 semanas	
				Desempregados	Inativos			
6 estados analisados nas secções 3 e 4, incluindo os indicadores novos	Subemprego de trabalhadores a tempo parcial (+ restrição: 15 a 74 anos)	Outros empregados		Desempregados	Inativos à procura de emprego mas não disponíveis (+ restrição: 15 a 74 anos)	Inativos disponíveis mas que não procuram emprego (+ restrição: 15 a 74 anos)	Outros inativos	
Estimativas 2011	219,7	4 617,4		706,1	32,6	172,0	3 289,4	
	4 837,0			706,1	3 494,1			
	9 037,2							

Quadro 1: Subemprego de trabalhadores a tempo parcial e outros empregados por antiguidade no emprego atual, 2011				
	Há quanto começou a trabalhar no emprego atual?			
	Há menos de 1 ano	De 1 a menos 2 anos	Há 2 e mais anos	Total
	%			
Empregados	12,4	7,1	80,6	100
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	32,0	12,7	55,3	100
Outros empregados	11,4	6,8	81,8	100
Trabalhadores a tempo parcial	16,9	7,8	75,3	100
Trabalhadores a tempo completo	11,7	7,0	81,4	100

Quadro 2: Desempregados, força de trabalho adicional potencial e outros inativos por experiência anterior de trabalho, 2011				
	Há quanto tempo deixou de trabalhar?			
	Há menos de 2 anos	Há 2 e mais anos	Nunca trabalhou	Total
	%			
Desempregados	57,5	32,1	10,5	100
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	44,7	41,4	13,8	100
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	32,0	48,0	19,9	100
Outros inativos (15 e mais anos)	8,6	65,5	25,9	100

Quadro 3: Fluxos trimestrais entre seis estados do mercado de trabalho (em % do estado inicial)

Médias 2ºt11 a 4ºt11

1º trimestre	2º trimestre	1	2	3	4	5	6	Total no 1º trimestre
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	1	43,2	34,2	14,6	1,3	3,1	3,6	100
Outros empregados	2	1,7	90,9	2,4	0,3	1,8	2,9	100
Desempregados	3	5,3	15,1	63,6	3,6	6,4	6,1	100
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	4	4,9	12,1	46,6	3,4	15,1	17,9	100
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	5	4,2	10,3	29,4	8,2	26,8	21,2	100
Outros inativos	6	0,4	5,6	1,9	0,9	31,2	60,0	100
Total no 2º trimestre		2,5	50,6	7,6	0,9	13,6	24,8	100

Quadro 4: Os seis estados do mercado de trabalho por auto classificação da condição perante o trabalho, 2011

	Empregado	Desempregado	Estudante	Doméstico	Reformado ou incapacitado	Outro inativo	Total
	%						
Subemprego visível de trabalhadores a tempo parcial	74,1	17,0	1,4	4,3	2,9	0,3	100
Outros empregados	92,2	1,0	0,4	1,3	4,5	0,5	100
Desempregados	0,5	90,7	4,7	2,5	0,8	0,7	100
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	3,1	72,9	12,9	6,1	2,8	2,5	100
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	0,3	54,1	16,4	17,6	8,5	3,2	100
Outros inativos	0,3	4,0	20,3	12,5	53,4	9,5	100

Quadro 5: Indicadores suplementares do desemprego por país, 2011

Quadro 5: Indicadores suplementares do desemprego por país, 2011								
	Subemprego de trabalhadores a tempo parcial			Trabalhadores a tempo parcial	Inativos à procura de emprego mas não disponíveis		Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	
	Milhares de indivíduos	Em % da população empregada a tempo parcial		Em % da população empregada	Milhares de indivíduos	Em % da população inativa	Milhares de indivíduos	Em % da população inativa
União Europeia (UE27)	8 596	20,5	4,0	19,4	2 383	1,7	8 566	6,2
Euro Área (EA17)	5 744	19,5	4,1	20,8	1 751	1,9	5 803	6,4
Alemanha	1 963	18,7	5,0	26,5	578	2,8	591	2,8
Áustria	135	13,1	3,3	25,0	35	1,6	141	6,6
Bélgica	38	3,3	0,8	25,0	70	2,1	109	3,3
Bulgária	26	37,9	0,9	2,3	28	1,1	286	11,5
Chipre	15	42,0	4,0	9,6	2	0,9	14	7,1
Dinamarca	92	13,1	3,4	25,9	26	2,1	75	6,0
Eslováquia	37	37,8	1,6	4,1	13	0,8	43	2,7
Eslovénia	19	20,4	2,1	10,1	5	0,8	18	3,0
Espanha	1 230	49,3	6,8	13,8	243	2,0	961	8,1
Estónia	12	19,2	2,0	10,6	(2)	(0,4)	44	13,4
Finlândia	77	20,7	3,1	14,9	66	4,8	100	7,4
França	1 136	24,7	4,4	17,9	469	2,8	306	1,8
Grécia	159	58,1	3,9	6,7	22	0,7	64	1,9
Hungria	69	26,8	1,8	6,8	11	0,3	218	6,4
Irlanda	133	31,6	7,4	23,4	13	1,1	42	3,6
Itália	451	12,8	2,0	15,4	121	0,6	2 897	13,9
Letónia	51	56,9	5,2	9,2	9	1,5	85	14,0
Lituânia	41	34,3	3,0	8,6	9	1,0	19	2,2
Luxemburgo	4	9,2	1,7	18,3	2	1,0	12	7,5
Malta	4	19,0	2,5	13,1	:	:	4	2,6
Países Baixos	114	2,8	1,4	49,1	79	2,1	286	7,7
Polónia	320	25,4	2,0	7,8	106	0,9	644	5,5
Portugal	220	37,8	4,6	12,2	33	1,2	172	6,5
Reino Unido	1 773	23,0	6,1	26,7	320	2,2	772	5,3
República Checa	26	9,9	0,5	5,4	18	0,6	55	1,8
Roménia	237	24,8	2,6	10,5	(7)	(0,1)	487	7,1
Suécia	218	18,1	4,7	26,0	99	4,8	121	5,9
Islândia	:	:	:	:	2	4,9	4	9,1
Noruega	82	11,5	3,2	28,1	21	2,0	59	5,6
Suiça	243	16,1	5,6	35,0	48	3,1	152	10,0
Turquia	376	13,2	1,6	11,8	95	0,4	1 558	6,2

Notas:

1. Neste quadro, a população empregada, a população empregada a tempo parcial e a população inativa utilizadas no denominador das proporções apresentadas, reportam ao grupo etário dos 15 aos 74 anos.

* EA17 (Euro Área): Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

Sinais convencionais:

: Informação não disponível ou não publicada, dada a reduzida dimensão amostral.

() Informação de fiabilidade reduzida, dada a reduzida dimensão amostral.